

Congresso estuda delegação legislativa para Sarney

BRASÍLIA — O Deputado Luis Henrique (SC), Vice-Líder do PMDB, defendeu ontem que o Congresso dê ao Presidente da República delegação legislativa durante o recesso parlamentar, como opção à convocação extraordinária do Legislativo e à utilização do decreto-lei, permitindo ao Presidente legislar dentro dos limites estabelecidos pelo Congresso.

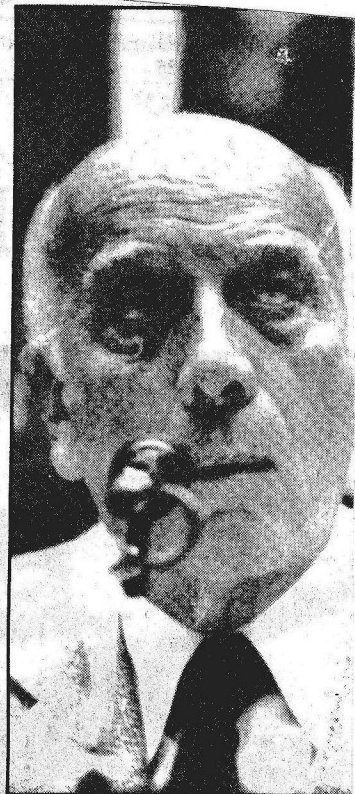
Tanto o Líder do Governo, Deputado Pimenta da Veiga, quanto o Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, consideram desnecessária a convocação extraordinária, pois estão confiantes de que será possível votar todos os projetos na pauta dos esforços concentrados dos dias 19 e 25.

Ulysses ficou de se encontrar hoje com o Deputado Alberico Cordeiro (sem partido-AL), que pretende articular movimento pela convocação extraordinária de 6 a 21 de janeiro, e, se for necessário, levará o assunto ao Presidente José Sarney. O Congresso só pode auto-convocar-se com o apoio de dois terços dos Deputados e Senadores e, portanto, a ideia não prosperará sem que o Governo dê sinal verde à Aliança Democrática.

O Deputado Luiz Henrique sustenta que a delegação legislativa é a solução mais adequada, pois não cria despesas, como a convocação extraordinária, e evita o constrangimento do recurso ao decreto-lei. Desde que assumiu, o Presidente Sarney recusa-se a usar o decreto-lei, considerando um resquício do autoritarismo, e por isso ficaria sem ter como legislar durante os três meses de recesso do Legislativo.

A delegação legislativa está prevista no artigo 54 da Constituição e é adotada por resolução do Congresso, que especificará o conteúdo e os termos do exercício e se fará apreciação posterior dos atos do Presidente. Neste caso, o Congresso pode aprovar ou rejeitar, mas não apresentar emendas.

O Deputado João Gilberto (PMDB-RS), especialista em legislação, acha politicamente viável a adoção da delegação legislativa para matérias não-polêmicas, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ou nas quais não caibam emendas do Congresso, como a aplicação de créditos suplementares ou a concessão de aumento aos funcionários públicos.



Ulysses considera a convocação desnecessária